

CAPÍTULO 8

ROTEIRO PARA CONHECER E NEGOCIAR EM MACAU:

informações relevantes para negociação numa
cultura euro-asiática

Olívia Pestana¹⁰⁶

Faculdade de Letras/CITCEM, Universidade do Porto, Portugal

Vítor Gomes Teixeira¹⁰⁷

Escola de Artes, Universidade Católica Portuguesa, Portugal

¹⁰⁶ Doutora em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais pela Universidade do Porto. Professora da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, no Departamento de Ciências da Comunicação e da Informação. Desenvolve trabalho como investigadora integrada no Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (U.Porto). Os seus interesses atuais centram-se nos sistemas de organização do conhecimento, na análise de conteúdo e indexação por assuntos nos diversos domínios, bem como na produção, organização e uso da informação. E-mail: opestana@letras.up.pt

¹⁰⁷ Doutor em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. É Professor na Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa, tendo lecionado na Universidade de S. José, Macau, onde é palestrante regular. Desenvolve trabalho como investigador integrado no Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes (CITAR-UCP). As suas áreas de interesse científico são a história do império português na Ásia, história da arte, património e cultura da expansão portuguesa e, ainda, história da religião e cultura em Portugal e império português. E-mail: vteixeira@porto.ucp.pt

8.1 INTRODUÇÃO

Tão fascinante quanto intrigante, Macau constitui um verdadeiro desafio para quem se estrear numa visita ao território, muito particularmente com o objectivo de encetar conexões empresariais e comerciais. Se, por um lado, se podem utilizar as mais modernas tecnologias, sem as limitações ou restrições do território chinês continental, permitindo a concretização de uma gestão da informação à imagem do mundo ocidental, por outro lado as marcas de uma cultura euro-asiática, profundamente marcadas pela última, requerem uma viagem ao conhecimento das origens territoriais e dos hábitos sócio-culturais que perduram até aos nossos dias.

Região Administrativa Especial (RAEM) com soberania da China desde 20 de dezembro de 1999, Macau tem uma localização privilegiada na atualidade, fazendo da RAEM um potencial espaço estratégico. Exercendo um papel central na aproximação a outras regiões, particularmente desde 1557 (data da fundação histórica da Cidade do Santo Nome de Deus na China, ou Macau), esse papel prende-se, historicamente, não apenas com ex-colónias portuguesas (como Moçambique, Timor Leste ou o antigo estado Português da Índia e seus entrepostos no Índico), mas também com outras regiões na Ásia.

A participação de Macau na iniciativa chinesa One Belt, One Road, uma actualização no século XXI da antiga Rota da Seda (por via

terrestre), um projecto governamental chinês de grande escala, descrito pela primeira vez em Março de 2015 em um documento emitido em conjunto pela Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma, o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério do Comércio do Conselho de Estado, vem evidenciar a importância atribuída ao território por parte das autoridades chinesas. O governo de Macau, ao apresentar o primeiro plano quinquenal de desenvolvimento em 2016 para o período 2016-2020, indicou que seriam tomadas medidas necessárias especificamente em relação aos países de língua portuguesa, de forma a poderem também participar activamente da Rota Marítima da Seda do século XXI, uma componente chave do projecto One Belt, One Road, do qual é uma ramificação marítima (RAEM, 2016).

Mas é expectável que a RAEM não irá centrar a atividade apenas na sua progressão enquanto plataforma entre a China e os países de língua oficial portuguesa. Usará, certamente, as suas vantagens competitivas para expandir ainda mais a cooperação com esses países e prosperar no desenvolvimento da nova Rota Marítima da Seda.

8.2 CARACTERIZANDO MACAU NA ACTUALIDADE

Constituída pela península de Macau e por duas ilhas, Taipa e

Coloane, a Região ocupa uma área territorial total de cerca de 32 km², situando-se no flanco ocidental da foz do Rio da Pérola e na entrada do delta do Rio da Pérola (Zhujiang), em oposição a Hong Kong e triangulando, com esta, com Cantão, o eixo central da província de Guangdong e do Sul da China. Esta localização geográfica, todavia, contribui para um clima que requer observação por parte dos visitantes, pois pode resultar num elevado condicionamento das atividades programadas. Poderá ser moderado no inverno, com temperaturas amenas, índice de humidade relativa mais baixo do que no resto do ano e chuva pouco frequente. Mas, nas restantes estações, e principalmente entre maio e setembro, as temperaturas poderão ser bastante elevadas, com superiores níveis de humidade e de precipitação, tornando-se um ambiente exterior desconfortável em associação aos crescentes níveis de poluição.

Os dados demográficos e sócio-económicos de Macau são monitorizados permanentemente pela Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, estando patentes na publicação do Anuário Estatístico com os dados relativos aos principais indicadores, sendo a última edição de Agosto de 2019 (RAEM, 2019a). Como fontes para a obtenção de informação sistematizada e analisada, encontra-se, ainda, o Portal do Governo da RAE de Macau (RAEM, 2019b) e o *website* do Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau (RAEM, 2019c), disponibilizando informação nas línguas chinesa (tradicional e simplificada), portuguesa e inglesa, e constituindo

importantes fontes de informação relativa a Macau, incluindo a informação sobre o governo e sobre os serviços e entidades públicos e, apresentando, ainda, um vasto conjunto de hiperligações de grande utilidade sobre negócios e investimento no território.

Com vista à caracterização de Macau e partindo da recolha de dados efetuada nas fontes mencionadas, descrevemos seguidamente um conjunto de dados de particular relevância para o conhecimento do território na atualidade e para o desenvolvimento de uma aproximação negocial às entidades locais.

No final do ano 2018, Macau apresentava uma população de 667.400 habitantes com a esperança média de vida de 83,7 anos, sendo a taxa de natalidade correspondente a 9% e a de mortalidade a 3,1%. As taxas de escolarização situam-se acima dos 80%, desde o ensino infantil até ao ensino superior. A taxa global de atividade situa-se nos 70,9% e a taxa de desemprego global em 1,8%. A mediana semanal de horas de trabalho ronda as 46 horas globalmente.

O PIB em 2018 está estimado em 440 316 milhões de patacas (moeda oficial identificada pelo código MOP), verificando-se uma taxa de variação de 4,7 por cento em termos reais, o que tem sido interpretado como o término da contracção económica dos últimos anos. O PIB per capita em 2018 está estimado em 666 893 patacas.

A atividade económica assenta maioritariamente no jogo (principalmente em jogos de fortuna ou azar), seguindo-se as actividades imobiliárias, a construção, o comércio por grosso e a

retalho, as actividades financeiras (bancos, seguros e fundos de pensões), os alugueres e serviços prestados às empresas, bem como os hotéis e similares. Dentro das indústrias designadas de emergentes, a indústria das convenções e exposições tem manifestado um acelerado crescimento, principalmente no âmbito de eventos de comércio e gestão. A exportação de mercadorias tem-se desenvolvido essencialmente para Hong Kong, seguindo-se para a China Continental, sendo que a importação tem sido efetuada maioritariamente da China Continental, seguindo-se da União Europeia.

No que diz respeito à prestação de cuidados de saúde, e atendendo à dimensão territorial, o sistema de saúde público tem apresentado uma evolução favorável do funcionamento seguindo padrões internacionais, comprovado pela acreditação de unidades de cuidados de saúde primários por parte da entidade norte-americana Accreditation Commission for Health Care. A RAEM dispõe de cinco hospitais e de 687 estabelecimentos de cuidados de saúde primários, dispondo de 1604 camas de internamento. Em 2018 realizaram 464 995 atendimentos nos serviços de urgência, 1 788 267 consultas externas hospitalares e 3 935 173 atendimentos nos cuidados de saúde primários. Em exercício de atividade, Macau conta com 2020 médicos de medicina convencional, dos quais 266 são dentistas/odontologistas e dispõe, ainda, de 696 médicos/mestres de medicina tradicional chinesa e de 2464 enfermeiros. De referir que a

medicina tradicional chinesa é exercida quer nos cuidados hospitalares quer nos cuidados de saúde primários.

A estabilidade política, económica e a segurança e bem estar dos cidadãos têm contribuído para um incremento dos visitantes em Macau, quer de turistas (visitantes que passam pelo menos uma noite numa unidade de alojamento ou num casino) quer de excursionistas (visitantes que não pernoitam em qualquer unidade de alojamento, nem efetuam reserva de estadia). Apesar da diversidade das nacionalidades dos visitantes, tem permanecido uma elevada maioria de visitantes oriundos do interior da China e de Hong Kong. O “Visto de Entrada” em Macau é obrigatório para todos os visitantes, excepto para os naturais dos países isentos de visto ou titulares de "Autorização de Entrada e de Permanência" em Macau.

É de realçar que o volume do turismo não se deve apenas à indústria do jogo. O centro histórico, incluído pela UNESCO na Lista do Património Mundial da Humanidade, pela sua beleza e pelo seu valor na história universal, bem como pela presença de monumentos em estilo tradicional chinês e em estilo tradicional português, constitui um ponto de passagem obrigatória para os visitantes de terras orientais (ver imagens 1, 2 e 3).

A evolução dos meios de transporte para e de Macau também tem contribuído para o aumento dos visitantes registado, pois a Região dispõe de aeroporto internacional, bem como de diversos terminais marítimos de passageiros e de duas passagens terrestres

transfronteiriças. O sistema de transportes públicos é alargado e cobre toda a península de Macau e as suas duas Ilhas, havendo, também, uma boa rede de táxi e a possibilidade de aluguer de automóvel.

Imagem 1 – Templo de Na Tcha



Fonte: Fotografia dos autores, 2018

Imagem 2 – Ruínas de S. Paulo



Fonte: Fotografia dos autores, 2018

Imagem 3 – Praça do Leal Senado



Fotografia dos autores, 2018

Relativamente aos meios de comunicação social, é de referir que os jornais diários são maioritariamente publicados em língua chinesa (13 títulos), havendo também a publicação em língua inglesa (2 títulos). Em língua portuguesa são editados 3 jornais diários, a saber: Hoje Macau¹⁰⁸, Jornal Tribuna de Macau¹⁰⁹ e, ainda, Ponto Final¹¹⁰. Para além dos jornais registados como diários, Macau dispõe, ainda, de 54 periódicos editados regularmente e 11 estações emissoras de radiodifusão televisiva e sonora. É de destacar o jornal semanário luso-chinês Plataforma de Macau¹¹¹, com edição online em

¹⁰⁸ Edição online disponível em: <https://hojemacau.com.mo>. Acesso em 16 set. 2019.

¹⁰⁹ Edição online disponível em <https://jtm.com.mo>. Acesso em 16 set. 2019.

¹¹⁰ Edição online disponível em: <https://pontofinalmacau.wordpress.com>. Acesso em 16 set. 2019.

¹¹¹ Disponível em <https://www.plataformamacau.com>. Acesso em 16 set. 2019.

língua portuguesa. A TDM, Teledifusão de Macau, S.A é a empresa que assegura o serviço público de televisão e rádio, tendo, também, emissão em língua portuguesa¹¹².

Macau apresenta duas línguas oficiais (LO), podendo ser utilizadas nos órgãos executivo, legislativo e judicial da Região. As duas LO são o chinês e o português, tendo esta uma reduzidíssima influência local, pois o número de falantes ronda os 2,4%, de acordo com os intercensos de 2016 (GROSSO, 2018). Existem, no entanto, fatores adicionais que podem estimular a curto prazo o crescimento do valor de falantes do português, pois a promoção por parte do governo chinês do ensino da língua portuguesa nos territórios chineses tem sido crescente, podendo tal medida, a breve trecho, ter reflexos em termos económicos e comerciais. Por outro lado, a criação em 2003 do Fórum de Macau, com o objetivo de fortalecer o intercâmbio nesse âmbito entre a China e os países de língua portuguesa, veio destacar o papel atribuído a Macau (RETO; MACHADO; ESPERANÇA, 2016).

O Fórum de Macau, mais precisamente designado de Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa¹¹³, é coordenado pelo Ministério do Comércio da China, beneficiando da colaboração do Governo da Região Administrativa Especial de Macau e em coordenação com oito países

¹¹² Disponível em <https://port.tdm.com.mo>. Acesso em 16 set. 2019.

¹¹³ Disponível em <http://www.forumchinapl.org.mo>. Acesso em 16 set. 2019.

de língua portuguesa, nomeadamente Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Macau e estes países sempre mantiveram uma estreita relação histórica e cultural. Mas, desde a criação do referido Fórum, os países de língua oficial portuguesa adquiriram uma compreensão mais profunda da RAEM e aumentaram a sua cooperação comercial e económica com a China através de Macau. Por exemplo, a industrialização tem crescido nesses países, como em outras nações africanas e asiáticas graças à cooperação com a China. Macau e o Fórum, enquanto plataforma de cooperação com a China, são assim factores de desenvolvimento económico. Na perspectiva de longo prazo, a relação entre Macau e esses países, na oportunidade do One Belt, One Road, é única, sendo uma vantagem decisiva para o desenvolvimento futuro de ambas as partes. (FÓRUM DE MACAU, 2019)

Nos últimos anos, por outro lado, Macau tem dado prioridade, com o apoio concedido pelo Estado, à construção de “Uma plataforma e Três Centros” (Centro de Serviços Comerciais para as PME’s da China e dos Países de Língua Portuguesa, Centro de Distribuição dos Produtos Alimentares dos Países de Língua Portuguesa e Centro de Convenções e Exposições para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa). Neste âmbito, tem promovido um conjunto de trabalhos relacionados com o desenvolvimento do sistema financeiro com características próprias, a

Base de Formação dos Quadros Bilingues Qualificados nas Línguas Chinesa e Portuguesa, o Centro de Intercâmbio Cultural Sino-Português e o Centro de Inovação e Empreendedorismo Juvenil da China e dos Países de Língua Portuguesa, a fim de fornecer serviços integrados no âmbito de cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, de exploração mútua dos mercados pelas empresas e de intercâmbio entre os povos.

8.3 ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E HÁBITOS SÓCIO-CULTURAIS DE MACAU

8.3.1 Breve contexto histórico

Para falar de informação, conhecimento e negociação em Macau, nos dias de hoje, é imperativo falar da sua história, até para que se possa compreender o estabelecimento e aprofundamento da relação com os países de língua portuguesa, sem esquecer, naturalmente, todo o enquadramento geográfico.

A primeira data de contacto dos Portugueses em Macau regista-se normalmente em 1513. A autoria do contacto deve-se a Jorge Álvares, a partir de Malaca. Até 1557, deram-se alguns outros

contactos, esporádicos. Naquela data, ocorreu a instalação perene dos Portugueses na península de Macau, tendo sido tradicionalmente apontada como a data histórica da fundação da Cidade do Santo Nome de Deus da China, designação tradicional portuguesa do enclave. Este território, a partir de então, converter-se-ia na placa giratória entre o ocidente e a China, impondo-se Macau como ponto de entrada da civilização ocidental no Império do Meio, elo de contacto entre a civilização chinesa e o Ocidente. Temos, pois, aqui a configuração de uma autêntica plataforma de intercâmbio de culturas, chave simbiótica para a ulterior definição da idiossincrasia do lugar, das suas gentes e da cultura própria de um território único no Oriente. Refira-se que aquilo que nós hoje conhecemos como a região da península de Macau, entre o istmo perto da “Casa Branca” (imediações das Portas do Cerco, no lado chinês) e a Barra, albergava já comunidades de povoamento anterior à chegada dos marinheiros lusos: por um lado, pescadores e mercadores de chá e outros produtos (com Fokien), ou tan ka (os “tancareiros”, gentes que viviam em embarcações normalmente ancoradas no Porto Interior), principalmente na zona da Barra ou Ma Kok Miu (em tono do Templo de A Ma); e por outro, camponeses oriundos da região vizinha (Guangdong), na parte norte da península, em torno da colina de Mong Há e do istmo, áreas de plantio de arroz, devido às superfícies lacustres ali existentes.

O estabelecimento formal dos Portugueses em Macau, por acordo entre Portugal e a China, nessa data de 1557 e sem estarmos

estribados em lendas ou versados então em elaborar quaisquer devaneios laudatórios sobre uma data mítica de fundação desta colónia oriental, podemos referir que não é mais do que uma simples “lenda fundacional”. Este marco, apologético, foi concebido com laivos de criação de uma narrativa oficial que se impunha para legitimar a república comercial e de cidadãos livres ali estabelecida. Foi a partir de 1629 que se esculpiu o tronco da lenda, a qual mereceu alguns ajustes barrocos posteriormente, tendo sido reavivada no século XVIII, ainda no mesmo registo e padrão abonatório e de cariz dir-se-ia que mitológico. O recentemente desaparecido historiador português António Manuel Hespanha (2019), aponta falta de análise crítica em todas as apreciações historiográficas que têm incensado aquela data mítica. É relevante recordar as palavras do historiador quando afirma que Macau resulta de um «estabelecimento de privados na costa da China», uma tese que desenvolve de forma sustentada e viável. Macau, afirma Hespanha, desenvolveu-se numa situação paralela, quase em marginalidade geográfica e política, tanto em relação ao império formal luso como em relação aos Chineses. Essa “marginalidade” foi desenhada em alianças com forças e redes periféricas, actores “marginais” ou desenquadrados do ponto de vista institucional, no que se refere à legitimidade da sua actuação e ou condição de existência. Falamos, sim, de piratas, lembramos também outros sectores chineses de resistência à nova dinastia Qing, de origem Manchu (do Nordeste do país), em oposição às redes clientelares antigas dos Ming,

tal como se alinhavaram com os Portugueses.

Almerindo Lessa (1974), baptizou Macau como uma “república de comerciantes”, curiosamente. De facto, na conjugação com Hespanha (2019), essa denominação não é de todo desprovida de sentido histórico. Com efeito, a dita “república”, desenvolveu-se com base em uma administração comercial dominada por “mestiços” – portugueses, goeses e outros povos indostânicos, malaios, chineses japoneses e outros povos do Sudeste Asiático -, que mais tarde se organizaria, do ponto de vista institucional, numa câmara, o Senado. Do ponto de vista comercial, a comunidade de Macau estava em articulação com a rota mais “oficial” do Japão (até 1639) e paralelamente com as rotas “subalternas”, ou “periféricas”, do Sudeste Asiático, entre a China e os mares adjacentes, além do oceano Índico, através do estreito de Malaca. O território esteve sempre numa espécie de “império na sombra”, mais “informal” do que “formal”, refere Hespanha (2019). Mesmo quando foi uma extensão desse império formal, pelo menos até ao governo de Ferreira do Amaral (1846-49), quando se impõe de forma vinculada e determinada o estatuto de colónia em maior articulação com Lisboa e a Índia Portuguesa. Macau, geopoliticamente falando, actuava numa espécie de diplomacia – “autónoma” (em relação a Lisboa) - face aos poderes periféricos chineses os mandarins de Cantão e os seus enviados ou funcionários em Macau), e num cenário de conexão comercial com os espanhóis das Filipinas (e através do galeão de Manila, com a América

espanhola): foi neste cenário e contexto geopolítico e da “colónia” de Macau que se criou a sua tessitura social e antropológica, a sua identidade e especificidades. Assim se foi criando uma comunidade “portuguesa” na sombra (HESPANHA, 2019), neste cenário de construção política externa da administração imperial lusa, em Macau. Este território, em suma, fez parte do designado império formal (governo e administração, reconhecidos pela Coroa, numa perspectiva soberanista), mas com uma institucionalização própria, uma dinâmica e gestão ainda mais autónomas e uma diplomacia regida a partir do território, a qual nem sempre estava em consonância com a de Lisboa. A distância ajuda a explicar essa “autonomia”, em relação a poderes centrais ou centralizadores, mas o pragmatismo próprio de mercadores e da composição social resultante de mestiçagens sucessivas, além da diplomacia em relação aos gigantes vizinhos, fizeram com que se vincasse essa identidade própria, luso-chinesa, sino-portuguesa, luso-oriental, como se achar melhor... Macau, foi, assim, em resumo, uma espécie de “primeira república democrática do Oriente” (LESSA, 1974), ou uma “república de comerciantes” (HESPANHA, 2019).

Muitos aludem a uma marginalização das gentes de Macau tanto pelas autoridades chinesas como pela administração do império formal. Das gentes que se estabeleceram ali a partir dos mercadores portugueses de Malaca que visitavam o sul da China desde 1513, das suas actividades de corso ou ataques a povoados costeiros, que

formariam um mundo marginalizado e reprimido de homens do mar e aventureiros, mercenário e mercadores. O carácter informal e privado do estabelecimento dos Portugueses em Macau desenhou-se nesse contexto, ao qual se somou, do ponto de vista tributário ou administrativo, uma base de sustentação e legitimação própria, a partir daquilo que se chama de “foro do chão”, o pagamento pela presença no território, do tipo dos “fateusins perpétuos” (HESPANHA, 2019). Tinha-se assim um solo chinês que era cada vez mais um “chão português”, que o “foro do chão” legitimava. A partir desta base, somam-se as instituições que articulariam o território ao império formal, ou sejam: a diocese e as várias igrejas e capelas, missões; as ordens religiosas (embora a sua ligação ao Padroado Português do Oriente não fosse tão clara...), como os Jesuítas e os Franciscanos, os Dominicanos e os Agostinhos; a Misericórdia; e a partir de 1595, a mais representativa das instituições que moldariam a república informal de comerciantes, o Senado de Macau, a corporação dos grandes mercadores locais.

Macau era, pois, um entreposto “informal”, ou plataforma, de conexão de Goa, a sede asiática do império formal, com os territórios longínquos de Manila (Filipinas), Macassar e Celebes (actual Indonésia), Timor, Solor e Flores, Java e Sumatra, e o Japão (até 1639). Com a perda de Malaca em 1641, o entreposto luso mais importante do Extremo Oriente, bem como o mais “formal” de todos, e apesar do encerramento dos portos nipónicos ao comércio com as possessões

ibéricas (dois anos antes, em 1639), a Cidade do Santo Nome de Deus do Sul da China ganhou importância económica e política e maior consistência populacional, além de uma maior definição histórica enquanto território administrado por Portugal. Ao mesmo tempo, o afluxo de “cristãos” oriundos do Japão e da península Malaia, além da animação comercial e do jogo de trocas com base em e para Macau, vincou de forma mais precisa e substantiva a componente social e etnolinguística macaense, ou seja, os “filhos da terra” (“macaneses”). De recordar que muitos “portugueses” ou membros da “cristandade” malaqueira (“kristangs” de Malaca) fixar-se-iam em Macau, que a partir de então assumiu um papel diferente na periferia imperial, não apenas de porto de refúgio ou base comercial e de porta de entrada na China, mas acima de tudo de uma cidade com instituições organizadas e uma marcha de vida própria e regulada de acordo com as suas próprias instituições, em maior ou menor articulação com Goa e Lisboa, de acordo com a conjuntura ou quadro de relações com os mandarinatos chineses fieis ao Imperador.

A “república informal” portuguesa de Macau trouxe grande prosperidade, principalmente até meados do século XVII, por via da ligação do território ao trato do Japão (Nagasaki), que se fecharia (a Portugal e Espanha) em 1638-39, o que fez declinar o “século de ouro” de Macau (BOXER, 1969). Com efeito, cobiçada por outras potências europeias, principalmente os holandeses, a cidade registou o seu maior desenvolvimento durante os finais do século XVI e os inícios do

século XVII. A presença religiosa portuguesa através do padroado Português do Oriente e nomeadamente das missões jesuíticas a partir da cidade e enxameando daí por todo o Oriente, reforçaram o papel de Macau do ponto de vista religioso, mas também cultural (TEIXEIRA, 2010).

Em 1685, apesar das sucessivas missões diplomáticas portuguesas a Pequim, deu-se o fim do monopólio português no comércio com a China, quando o Imperador chinês autorizou o comércio com todos os países estrangeiros em Cantão, pelo menos uma vez por ano durante a feira anual. Com isto, a antiga e exclusiva posição privilegiada dos Portugueses no comércio com o Império Chinês decaiu, deixando de ser os únicos e exclusivos intermediários no comércio China-Europa.

Este pequeno e exíguo pedaço de terra que é Macau (hoje cerca de 32 km², quase o dobro do que originalmente era, com os aterros e ligação entre as ilhas de Taipa e Coloane, o Cotai), na foz do Rio da Pérola, foi sempre uma cidade comercial. É o primeiro entreposto europeu em solo chinês, com grande valor comercial e estratégico, para os Portugueses porque era um importante intermediário no comércio entre a China, a Europa e o Japão, para os Chineses porque foi a primeira ligação perene com o Ocidente na era moderna. Manteve a bandeira portuguesa na União Ibérica (1580-1640), por isso foi apodada com o epíteto de “Não há mais Leal”, por D. João IV. Depois, ao longo do século XVIII, definha economicamente, ou, pelo menos, cai

numa letargia. A influência das autoridades chinesas sobre Macau acentuou-se nesta época, com uma conflitualidade latente em torno da presença dos mandarins na Cidade, com alfândega própria e tributação, além de domínio sobre a população chinesa, maioritária no território. O século XVIII será também o período de equilíbrio entre o poder do Governador e o Leal Senado, uma instituição que era símbolo da autoridade e do poder local e que teve sempre grande autonomia em relação a Lisboa e Goa, ou seja, ao poder formal.

A Igreja, recorde-se, teve um papel de destaque na formação dessa “identidade” de Macau. Esta cidade, latina no Oriente, tornou-se logo em Quinhentos uma terra de igrejas e campanários com sinos a tanger, procissões e festas cristãs, por entre pagodes e palácios e jardins de feição e gosto chineses. Uma das imagens de marca da identidade de Macau passa mesmo por aí, a simbiose entre culturas materializada nos credos religiosos e nas tradições e manifestações culturais subsequentes. São várias as igrejas com os seus adros e com as suas comunidades, próprias, desde logo a “fundação”: S. António, S. Lázaro, S. Domingos, a Sé, S. Agostinho, S. Lourenço, S. José, a Madre de Deus (e o colégio professo de S. Paulo), S. Francisco, entre outras, cada e uma em si e todas no seu conjunto marcam a identidade e visual e o carácter icónico da cidade latina... na China. Não eram tão etnicamente distintas (como no Brasil, por exemplo), principalmente as das ordens religiosas (Franciscanos, Dominicanos, Jesuítas), mas todas seriam elementos estruturantes da cidade e do seu tecido social, na formação

como no processo de configuração de uma identidade sócio-cultural, mais do que étnica. Cidade portuguesa na configuração urbana e topológica, é todavia uma cidade bem mais euro-asiática no que respeita à sua composição demográfica e antropológica, com uma base mestiça na parte cristã (além de alguns reinóis, perenes no estabelecimento, ou de passagem pela cidade), sem dúvida, mas amplamente chinesa nos restantes aspectos e segmentos da população. A somar a estes estratos, temos a inevitável e tão característica marca das sociedades criadas no império “informal” português do Oriente, a mão de obra escrava afro-asiática, servente da população cristã e que assumiu contingentes apreciáveis na demografia imperial, além de contribuir como elemento de mestiçagem.

Uma chamada de atenção se impõe aqui, em relação à definição antropológica da Cidade do Santo Nome de Deus, para algo que nem sempre é referido ou que cala muitas análises históricas ou inibe estudos ou opiniões assertivas em relação à tolerância entre populações sob alçada dos Portugueses. Assim, o preconceito luso, que existiu, foi sempre menor em relação aos chineses, “alvos como nós” (ou sejam, os Portugueses; Hespanha, 2019), em comparação com as populações de origem africana (nomeadamente os Landins de Moçambique, negroides, por exemplo). A mestiçagem, como já vimos, tinha também origens malaias, japonesas, indostânicas, indochinesas, persas e também afro-orientais, entre outras origens que a história

não clarificou ou a tradição obnubila na capa da lenda. A dita “comunidade auto-organizada” de Macau, amplamente autónoma, seria, pois, definitivamente forjada na segunda metade do século XVII, no balanço das perdas da primeira metade do século (Malaca, Nagasáqui, confrontos e concorrência com hispano-filipinos de Manila, após o fim da união ibérica, em 1640).

Mas o declínio acentuar-se-á durante o século XIX, devido, principalmente, ao estabelecimento dos Ingleses em Hong-Kong a partir de 1842. A nova colónia britânica rapidamente se transformaria no porto ocidental mais importante da China, superando largamente a colónia de Macau. Neste período, Portugal reforçou o poder e soberania nacionais sobre Macau, com o Governador, a partir de 1844, a ser o principal órgão político-administrativo da Cidade e não o Leal Senado. Depois, ocorre o episódio dramático do assassinato do governador de Macau, Ferreira do Amaral, em território chinês, às portas do território (22 de Agosto de 1849). A batalha do Passaleão, três dias depois, marca não só a recuperação do féretro do governador, mas principalmente uma vitória militar e afirmação de soberania portuguesa, anteriormente reforçada com a extinção do Ho-Pu (alfândega chinesa em Macau) e saída do mandarim da cidade.

Em 1865, construiu-se o primeiro farol do mar do Sul da China, o Farol da Guia, em Macau. Depois de várias tensões diplomáticas, só em 1887 é que a China reconhecia oficialmente a soberania e a ocupação perpétua portuguesa sobre Macau, através do Tratado de

Amizade e Comércio Sino-Português, depois de gorado o tratado de Tianjin, 1862.

Em 1901, inicia-se a emissão de moeda oficial em Macau, com o Governo a autorizar o Banco Nacional Ultramarino (BNU) a emitir notas, denominadas de patacas. A circulação começaria em 1906 e 1907. Mais tarde, em 1995, o Banco da China passou também a emitir notas em Macau. No século XX temos ainda a grande tragédia humanitária da Guerra do Pacífico, equivalente da Segunda Guerra Mundial. Apesar do território não ter sido invadido pelo Exército Imperial do Sol Nascente, como Hong Kong e a maior parte da China, os horrores da fome e o drama dos refugiados fez-se sentir de forma dura e implacável numa cidade pequena, que anteriormente tinha uma população de pouco mais de 100 mil almas e que no auge da guerra ascendera a perto de meio milhão... A escassez de víveres era quotidiana, mas Macau lá se salvou.

Em 1949, dá-se a implantação da República Popular da China (1949), começando a última fase da administração portuguesa. O território conheceu alguns incidentes e motins provocados pelos chineses residentes, pró-comunistas, que começavam a exigir a unificação de Macau à China. Destaca-se neste o Motim 1-2-3 levantado pelos residentes chineses pró-comunistas de Macau nos dias 1 a 3 de dezembro de 1966, o qual obrigou Portugal a renunciar à ocupação perpétua sobre Macau e a preparar a transição da soberania. Em 1987, após longas negociações entre Portugal e a República

Popular da China e através da Declaração Conjunta Sino-Portuguesa sobre a Questão de Macau, os dois países concordaram que Macau iria passar de novo à soberania chinesa no dia 20 de dezembro de 1999, tornando-se numa Região Administrativa Especial. A última colônia europeia na China regressava assim à Mãe Pátria. Até 2049 vigora o estatuto de transição no qual se reconhece autonomia plena de Macau do ponto de vista administrativo, com exceção da Defesa e Negócios Estrangeiros, assegurados por Pequim.

Em suma, pode-se dizer que Macau era, pois, um entreposto de conexão indo-asiática do império em rede (império português), embora tenha estado mais no chamado “império na sombra”, pela sua autonomia *sui generis* e pela auto-organização “informal” dentro da típica estrutura formal de administração colonial portuguesa. A marca original de Macau residirá nas elites urbanas criadas nos séculos XVI e XVII, a partir de núcleos de mercadores e aventureiros, muitos acabando por aqui ficar e morrer, e aquilo que se poderia designar como um “patriciado” mestiço. Serão estes dois segmentos que marcarão o modo de vida e peculiaridade deste território, que se poderia, por isso, definir como um “chão português” em solo chinês. A articular todo este emaranhado de relações, na legitimação como na sacralização, na veiculação cultural e identitária, assumiu plano de destaque a Igreja, com as suas relações em rede, dentro do Padroado Português do Oriente (TEIXEIRA, 2005) e nas missões, nas relações com o Patronato de Manila (Espanha), além das implicações da

pertença a esta estrutura por parte dos residentes cristãos. Esta rede do padroado, esta força da Igreja no território e dali na China e Extremo Oriente, seria mais tarde amplamente atacada, tal como sucederia aos Jesuítas, nos seus fundamentos e praxis, com a centralização romana das missões, materializada que foi na criação da Congregação da Propaganda Fide em 1620.

A era de Macau, como território ultramarino administrado por Portugal, condição em que permanece até 20 de Dezembro de 1999, moldou-se a partir de 1557 e ganhou um elan especial com a criação de um bispado em 1576. Hoje em dia, de acordo com a Lei Básica da RAEM, todo este processo histórico é registado de forma mais linear e sem as idiosincrasias dos contextos histórico-geográficos que urdiram Macau. Tratou-se, refere aquele documento fundamental, de uma ocupação gradual dos Portugueses, entre acordos, tolerâncias e convivência, nem sempre fáceis, entre o império formal lusitano e a China dos Ming (até 1644), dos Qing (última dinastia imperial, até 1911) e depois com a República (1912-1949) e desde esta até 1999 com a República Popular da China, fundada por Mao Tse Tung.

8.3.2 E já que se fala na China...

Falar da China faz-nos logo pensar num mercado abastecedor de produtos de baixo custo, de fácil acesso e normalmente de

qualidade duvidosa. Porém, a China é muito mais do que uma grande fábrica de brinquedos, manufacturas ou bricabraque (TEIXEIRA, 2015); há que fazer uma análise a partir de um paradigma diferente, perspectivando-o também como um potencial mercado de venda de produtos. As suas estatísticas esmagam logo quaisquer outras bases de abordagem, se só as considerássemos ficávamos logo também... esmagados. Mas é preciso ver o que é a China hoje, o que são os Chineses e como estabelecermos relações com eles, com ou sem Macau e Hong Kong, duas bases facilitadoras em qualquer aproximação ao terceiro maior país do mundo. Falamos de um país gigante, cheio de contrastes, sem dúvida, mas muito apelativo a todos os títulos: são 9,6 milhões de Km², mais de 1,4 mil milhões de pessoas, um PIB superior a dois triliões de euros... De facto, falar da China é falar de um mercado com um poder aquisitivo enorme para qualquer empresa de qualquer país do mundo.

O cantonês é a língua falada em Macau, Hong Kong e parte de Taiwan, além de grande parte da diáspora chinesa no Sudeste Asiático, mas sente-se um crescente esforço, político e ideológico, de imposição do mandarim como língua oficial e veicular, uma forma de poder facilitar as comunicações dentro de um país tão fortemente povoado e com um mosaico étnico diversificado.

Temos que enfatizar ainda a riqueza cultural do país, estribada em mais de 5 000 anos de história e civilização, uma das mais antigas e perenes do mundo. Desses cinco milénios, registamos 3 600

reportados em formas de escrita, iconografia e outros elementos culturais de uma riqueza vasta e única. Esta riqueza, contudo, aos olhos de um estrangeiro, pode apresentar-se como um emaranhado de elementos culturais difíceis de entender e, mais ainda, de dominar. Em primeiro lugar, temos o guanxi, muito relevante nos negócios e no trato, na sociabilidade enfim, com chineses. Esta expressão aplica-se à natureza dinâmica e personalizada em que ocorrem as influências em negócios de acordo com a cultura chinesa, por norma no seio de redes de relacionamentos que os indivíduos estabelecem uns com os outros. O termo deriva do conceito de “grupo”, “comunidade”, tendo uma matiz clânica. Daí que se possa afirmar que, para os chineses, negócios não são apenas negócios, sendo fundamental que a sua apresentação seja mediada por alguém da sua rede de contactos, sendo, para além disso e acima de tudo, importante saber cultivar a paciência. E saber esperar. Assim, um “depende” pode até ser um bom começo para uma negociação, uma ausência de olhar pode significar um início de trabalho, e quem sabe um não, não tem condições para se revelar um sim, embora até o possa ser... O primeiro encontro pode ser tudo no Ocidente, até na China, mas não aqui não tem que o ser. E normalmente não é... Pode ser necessário que os dois interlocutores se conheçam melhor em torno de uma (ou várias...!) bebidas, refeições e que depois de várias reuniões, possam começar efectivamente a pensar em fazer negócios... Muitas vezes aparece um “velhinho” não tão bem vestido na apresentação entre negociadores, que um

ocidental nem sempre vai considerar relevante. Mas atenção, ele pode ser o “boss” e apareceu para ver caras e expressões, gestos e avaliar o “outro”... e este nem lhe deu atenção... errado! E atenção, há que ter cartões de apresentação, sempre, muitos. E devemos ler bem os que nos dão e fixar o seu usuário. O uso de cartões de visita (em língua inglesa e chinesa) e a forma como devem ser entregues e recebidos são importantes: devemos recebê-los com as duas mãos e dá-los do mesmo modo, seguindo-se a devida leitura e realce (mesmo em onomatopeias).

O cumprimento de horários é absolutamente rigoroso e crucial, como o uso dos nomes adequados para o tratamento de pessoas – normalmente, usa-se o título mais o último nome; a ocidentalização do nome deve ocorrer apenas quando essa informação é primeiramente voluntariada pelo interlocutor. É ainda importante jogar pelo seguro no que diz respeito a assuntos politicamente correctos: nunca falar de política nem de assuntos que culturalmente não sejam (expectavelmente) dominados ou do universo cultural chinês. Para quebra-gelo da conversa ou negociação, pode-se, por exemplo, falar da paisagem e cultura chinesas, hobbies ou desporto, mostrar que se conhece a geografia e a história da China, sem estar a relevar factos ou acontecimentos, figuras enfim, que ponham em causa a China ou a sua identidade. Respeitar sempre a história, a memória e os antepassados, faz tudo parte da herança de Confúcio, um sábio chinês autor de pragmáticas sentenças para a moral e identidade nacional chinesas,

bem como do seu governo e existência como nação organizada, na forma de Estado.

No que toca a alterações em contratos ou acordos, como em tudo na China, há que ter a mente bem aberta para aspectos da tradição chinesa como o de fazer alterações de última hora. Manter uma postura de abertura a alterações é muito importante, uma vez que, como acima se disse, um sim pode querer dizer um não e não o assumir frontalmente pode ser apenas uma forma do nosso interlocutor “não perder a face”, característica do povo chinês. Perder a face é importante, ou seja, devemos pensar e ver bem o que dizemos de forma a não obrigar a respostas ou silêncios que comprometam o interlocutor chinês e o guanxi, isto é: uma pergunta não pode exigir uma resposta que comprometa o interlocutor, em que ele se desvende ou se coloque numa posição enfraquecida. Por isso, o tempo é importante, as subtilidades e sinuosidades discursivas chinesas são a melhor forma de se evitar perguntas perigosas e respostas que comprometam. Nós, ocidentais, chamamos “vergonha”, comprometimento, os Chineses chamam (embora seja um pouco diferente...) “perder a face”.

Nos números, aposte-se tudo no 8 e principalmente no 9, os números da sorte! No calendário também, evite o 4, que em chinês se pronuncia (sei) de forma idêntica a... morte! Número terrível, portanto! Não marque nada no dia 4, ou às 4 horas, da tarde entenda-se...

8.3.3 Dragão à solta em Macau

Um célebre mestre de feng shui (“ar e água”, em chinês), ou “Geomancia”, Szeto Fat-ching, acredita que se vê dragão no mapa de Macau, o qual tem protegido a região de calamidades e atraído muita riqueza ao longo dos séculos. Em Macau não há mal que grasse, nem conflito que se mantenha. A região tem escapado a epidemias e tufões (embora nos últimos dois anos nem tanto...) e tem prosperado com os casinos. O dito mestre vai mais longe e recorda as guerras que arrasaram a China no passado, na Guerra do Pacífico, por exemplo, mas que não afectaram Macau. Porque “Há um dragão no mapa de Macau”, aponta o mestre... como causa...

Este dragão é diferente do ocidental, não lança labaredas ou voa, como na Europa. É chinês e tem o corpo de uma serpente, os olhos de um tigre, os bigodes de uma carpa e as garras de uma águia (ver imagem 4). Sendo um animal sagrado, que participou na criação do mundo, representa na China a energia do fogo e destrói tudo à sua passagem, permitindo o renascimento. Diz o mestre, oriundo de Hong Kong, onde o feng shui tem grande força cultural, que conhece bem a influência deste dragão no mapa de Macau, onde passou a residir desde meados dos anos 80. O dragão vem da China, vindo pelo ar e na água, mostrando-se nos veios que se espraiam pela região, diz Szeto,

especificando que o mesmo entra pela Portas do Cerco, deixando aí a sua longa cauda. Depois, ciranda pela cidade e chega às duas chaminés listadas da incineradora da Taipa, que denunciam a presença dos seus longos chifres.

Imagem 4 – Dragão no Jardim Lou Lim Ieoc



Fonte: Fotografia dos autores, 2018

O dragão já foi mais pequeno, mas a construção de mais duas pontes a ligar Macau à Taipa e o istmo do Cotai fizeram com que crescesse e influenciasse também a vida nas ilhas (Taipa e Coloane). Por isso, estas duas ilhas têm prosperado e assim se manterão.

Do alto da Colina da Penha, vêem-se as pontes novas, mais precisamente a da Amizade e a de Sai Van, que representam a presença do dragão azul e do tigre branco, respectivamente. O tigre de Sai Van simboliza a riqueza e conduz todos ao maior casino do mundo,

o Venetian, onde habita o fausto; do outro lado, o dragão da Amizade afirma o seu poder.

Há algum feng shui no planeamento urbanístico, embora os arquitectos e engenheiros tenham desenhado a região sem o relevarem muito. Ainda que Macau não foi construída segundo os rigorosos princípios do feng shui, como Hong Kong, há algumas ideias da geomancia na cidade. Senão recorde-se a lenda de Lai Buyi, um famoso especialista em geomancia da dinastia Song (960-1270), no fim da sua vida seguiu o curso de um rio em direcção ao sul, em busca do dragão. Quando chegou à região de Cantão, vislumbrou a bifurcação do veio do dragão. Uma parte seguiu para uma zona entre as ilhas de Hong Kong e Bao'an, agora conhecida como Kowloon ("nove dragões"), enquanto o outro se dirigiu para o sopé da Colina do Pico do Lótus (Mong-Há), em Macau. Esta área em Macau é, geograficamente, rodeada por outeiros e pequenos montes, ou colinas, tendo sido antigamente terras de cultivo dos primitivos camponeses na península. E lá encontramos isso vertido na toponímia chinesa, como o "Cerco do Dragão" (龍環) e o "Campo do Dragão" (龍田). O sopé da Colina de Mong-Há, outrora conhecida como Colina de Lin Fa (Colina de Lótus), bafejou boa sorte para Macau, que por isso só poderia ser uma terra de bom feng shui, pois os antigos mestres já dela diziam que é "preciosa", "de uma beleza natural que ofusca as outras" e ainda tem "boa sorte". Os mais antigos entre os Chineses de Macau ainda conhecem estes apodos tradicionais.

Mas o dragão de Macau não é intocável, ainda que seja poderoso. Os mestres de feng shui dizem que não se deve construir sobre os seus veios, pois é um animal muito venerado na mitologia chinesa. Os portugueses de Macau, ignorando as regras da geomancia, cometeram alguns erros no passado, no entanto. Por exemplo, cortaram uma das garras do dragão na construção da Avenida de Almeida Ribeiro, no centro da cidade. Arrancaram-na, dizem os mestres, o que quase matou o dragão benfazejo. Tal causou desconfiança e temor entre os chineses, que evitavam a rua ou chegar perto dela, por mau feng shui. O mal só seria sanado nos anos '80 do século passado, quando um muro com a forma de um leque foi construído na encosta da colina, na Taipa, virado para o Hotel Lisboa, no outro lado da ponte Governador Nobre de Carvalho. E esta obra simboliza a cauda do dragão, a qual lhe deu nova vida.

A marca do dragão está também presente em alguns edifícios, como o Hotel Lisboa (ver imagem 5), cuja forma arquitectónica se assemelha a uma gaiola de pássaros. Em cantonês (forma dialectal do chinês, falado em Macau e Hong Kong, por exemplo), a pronúncia da designação do dragão (龍) é igual à da gaiola (雀籠). O propósito da gaiola é pois o de atrair centenas de pássaros, que são símbolos dos... jogadores que vêm a Macau.

Imagem 5 – Hotel Lisboa



Fonte: Fotografia dos autores, 2014

Os mestres aconselham ainda os homens de negócios a pensar várias vezes antes de agirem e os governantes a buscarem uma forma mais harmoniosa de viver, tornando-se até mais amistosos. Eis o Feng Shui a influenciar a governação e a política na China, mas nem todos o cumprem...

Em conclusão, o Feng Shui tem importância na cultura chinesa, principalmente em Hong Kong e em Macau, embora aqui a tradição católica portuguesa o tenha mitigado ou até feito olvidar. Como o Taoísmo, uma tradição filosófica e religiosa originária da China que enfatiza a vida em harmonia com o Tao (ou dao, “caminho” em chinês, ou "via" ou "princípio"). No Taoísmo, especificamente, o termo designa a fonte, a dinâmica e a força motriz por trás de tudo que

existe. Na China foi em grande parte esquecido do ponto de vista institucional, mas a sua influência, como principalmente a do Confucionismo, continua marcante e subliminar na cultura chinesa.

8.4 MACAU NO SÉCULO XXI EM PLENA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

Herdeira de uma tal riqueza cultural, o que nos levaria a pensar que a tecnologia não seria objeto de grande atenção, a RAEM tem-se preparado para os desenvolvimentos do século XXI na mesma dimensão da sua história. Ou seja, as oportunidades não são deixadas a descoberto e a abertura à escala global é marcante.

Fonte de reconhecimento internacional neste âmbito é, como sabemos, o contexto académico, pelo impacto da formação de nível superior e pelas relações institucionais, económicas e comerciais que daí podem advir. Neste sentido, identificam-se diversos cursos dos vários graus de ensino superior, predominantemente de cariz tecnológico, que visam habilitar e capacitar os futuros profissionais de competências avançadas no contexto da sociedade da informação e do conhecimento.

A Universidade de Macau, através da oferta formativa proporcionada pelo Departamento de Ciências dos Computadores e da

Informação da Faculdade de Ciências e Tecnologia, oferece formação dos níveis Licenciatura, Mestrado e Doutoramento em Ciência dos Computadores e um Mestrado em Tecnologia do Comércio Electrónico. A Licenciatura em Informática é direccionada para a programação, com a possibilidade de especialização em Data Science and Artificial Intelligence ou em Multimedia Computing ou, ainda, em Engenharia de Software. O Instituto Politécnico de Macau (IPM), no âmbito da oferta formativa da Escola Superior de Ciências Aplicadas, apresenta uma Licenciatura em Informática, com o objetivo fundamental de formar profissionais de Informática, sendo que os estudantes podem, também, escolher disciplinas opcionais que lhes permitem aprofundar os seus conhecimentos quer em Sistemas de Informação de Gestão, quer nas Tecnologias de Jogos Digitais. Para além da Licenciatura, o IPM disponibiliza, ainda, o Mestrado em Big Data e Internet das Coisas, o qual tem como objectivos formar especialistas, na área das tecnologias de informação, em Big Data e Internet das Coisas e promover o desenvolvimento de uma cidade inteligente. A continuidade da investigação ao mais alto nível nesta área é viabilizada através do curso de Doutoramento em Tecnologia Informática Aplicada, o qual tem como foco central a abordagem da tecnologia aplicada ao processamento de Big Data e à sociedade inteligente, abarcando uma vasta área de tópicos relacionados com a informação em contextos interdisciplinares de áreas como a ciência de dados, a ciência da computação, a computação centrada no humano e

ambientes sócio-tecnológicos que desenvolvam uma perspectiva multidisciplinar. Para além desta formação, é de salientar que o IPM oferece, ainda, a Licenciatura em Relações Comerciais China-Países Lusófonos, com o objetivo de formar profissionais altamente qualificados para o desenvolvimento do comércio entre a China e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa, especialmente habilitados a trabalhar em organismos públicos e serviços no domínio do comércio internacional, bem como em empresas que tenham relações comerciais com os países lusófonos.

Paralelamente ao investimento na formação académica de elevada qualidade, foi criado o Centro Incubador de Novas Tecnologias de Macau¹¹⁴, em 2001, tendo capital conjunto de entidades privadas e do Governo da RAEM. O centro tem como principais objetivos contribuir para a consolidação das indústrias das novas tecnologias em Macau, maximizando a utilização dos recursos humanos altamente qualificados de Macau, através da colaboração com as organizações multinacionais, e atrair recursos globais para Macau, enquanto local vocacionado para o desenvolvimento das novas tecnologias na Grande Região da China.

O apoio ao desenvolvimento das novas tecnologias tem sido acompanhado pelo incremento das facilidades em termos de telecomunicações, sendo de destacar que, em 2009, foi iniciado o plano da rede urbana de acesso da banda larga sem fios, financiado

¹¹⁴ Disponível em: <http://www.manetic.org>. Acesso em 16 set. 2019.

pelo Governo da RAEM, com utilização gratuita pelos residentes e pelos turistas desde setembro de 2010. Por outro lado, a Direcção dos Serviços de Correios e Telecomunicações autorizou, em 2017, fornecedores qualificados de serviço de internet (ISP) a instalar pontos de serviço de acesso gratuito à internet de banda larga sem fios Wi-Fi em espaços públicos e promoveu os operadores de serviço de internet do território a disponibilizar ao público serviços Wi-Fi com nome unificado FreeWiFi.MO em diferentes locais do território, permitindo a residentes e visitantes a fácil identificação do serviço de acesso gratuito (RAEM, 2018).

Conforme já referido, a língua portuguesa tem, presentemente, um reduzido número de falantes, apesar de parte da informação existente online se apresentar nas duas LO e, também, em inglês. Ao tornar-se a língua comercial igualmente nos países asiáticos, tem sido crescente o número de publicações e informação online em inglês, observando-se, todavia, uma assimetria na utilização das três línguas nos websites, mesmo nos oficiais, dado que nem todas as páginas e/ou hiperligações estão indicadas em todas as línguas. No entanto, a utilização das LO, bem como do inglês, deverão ser sempre, objeto de uma particular atenção.

8.5 NOTAS FINAIS

Esta breve incursão pela cultura euro-asiática da RAEM com vista ao desenvolvimento de processos de negociação é reveladora de que estamos perante uma realidade distinta da dos países ocidentais, mas que, cada vez mais, se aproxima dos hábitos internacionais. O desenvolvimento e o impacto das tecnologias da comunicação e da informação nas estruturas de decisão em geral e no sector público em particular, o acesso à internet, até ao presente sem restrições de qualquer ordem, tudo isto a par de um incentivo à formação graduada e pós graduada de elevado nível de qualidade, são factores que, muito em breve, contribuirão para uma maior visibilidade desta Região no panorama internacional.

Por outro lado, a criação de infra-estruturas e a promoção de medidas dirigidas à aproximação aos países de língua portuguesa constitui uma via facilitadora do diálogo e o estabelecimento de espaços físicos e virtuais que tornam mais acessível o enquadramento do visitante.

Não obstante, e invocando o descrito neste capítulo, um candidato a negociador em terras de Macau deverá observar inequivocamente os princípios sócio-culturais vigentes, ou seja, não substituir uma abordagem cultural e de aproximação social aos locais pelas capacidades negociais de matriz ocidental. Sem querermos sobrepor culturas ou evidenciar conselhos específicos, percebe-se que

um negócio poderá não concretizar-se num primeiro momento ou numa primeira reunião. Tal não será marca de insucesso, mas sim de um aprofundamento negocial e de aproximação entre culturas diversas, ou seja, de construção de um caminho favorável e próspero.

O tempo é a medida de todas as coisas. Mas talvez o seja mais no Oriente, em particular na China. Macau, apesar da sua idiossincrasia, não foge a essa prevalência do tempo como eixo motriz da vida, na acção como na dimensão espiritual, ou menos material. Como mostrou o missionário jesuíta Matteo Ricci (1552-1610), a acomodação entre culturas desenha-se e estriba-se no fio do tempo, que tudo molda. Acomodação não significa subserviência de nenhuma das culturas, ou partes, no caso ocidental e chinesa, ou vice-versa. Mas interacção a partir do conhecimento mútuo, base do respeito e da tolerância, pródromo de um devir mais concertante e profícuo para ambas as partes.

Por aqui se pode aferir a importância vital da informação e, subsequentemente, do conhecimento que ela produz. Conhecer a China e os Chineses, conhecer outro povo que seja, outra cultura, implica uma aproximação e um estudo, partilha e doação de referentes, implica pois uma desambiguação e clareza. Ontem, como hoje, no negócio, na vida, nas relações humanas e entre nações, impõe-se aproximar, aprender e ensinar ao mesmo tempo, sempre tudo com base na informação, na perspectiva do conhecimento que se constrói. Bastaria começar por ver o planeta Terra de forma diferente, por

exemplo, ou seja, cartografá-lo com centralidades diversas, não apenas as nossas, mas pensar em termos de alteridade e de mundividência, de conhecimento do Outro e de outros lugares...

REFERÊNCIAS

BOXER, Charles Ralph. **The portuguese seaborne empire: 1415-1825**. London: Penguin Books, 1969. ISBN 0-14-02-1647-2.

FÓRUM DE MACAU. **Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau)**. Disponível em <http://www.forumchinaplp.org.mo>. Acesso em 16 set. 2019.

GROSSO, Maria José. Política e ensino da língua portuguesa na Região Administrativa Especial de Macau (pós-1999). In PINTO, Paulo Feytor; MELO-PFEIFER, Sílvia (coord.), **Políticas linguísticas em português**. Lisboa: Lidel, 2018. p. 169-181. ISBN 978-989-752-350-2.

HESPANHA, António Manuel. **Filhos da Terra**. Identidades Mestiças nos Confins da Expansão Portuguesa. Lisboa: Tinta-da-China, 2019.

LESSA, Almerindo. **A História e os homens da Primeira República Democrática do Oriente**. Biologia e sociologia de uma ilha cívica. Macau: (s.n.), 1974.

RAEM Região Administrativa Especial de Macau. **Plano Quinquenal de Desenvolvimento da RAEM: Projecto (2016-2020)**. Macau: Governo da Região Administrativa Especial de Macau, 2016. Disponível em: <http://yearbook.gcs.gov.mo>. Acesso em: 16 set. 2019.

_____. **Macau 2018 - Livro do Ano**. Macau: Gabinete de Comunicação Social do Governo da Região Administrativa Especial de Macau, 2018.

ISBN 978-99937-56-44-6. Disponível em: <https://www.dsec.gov.mo>. Acesso em: 16 set. 2019.

_____. (a). **Anuário estatístico de Macau**. Macau: Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, 2019. Disponível em: <https://www.dsec.gov.mo>. Acesso em: 16 set. 2019.

_____. (b). **Portal do governo da RAEM**. Macau: Governo da Região Administrativa Especial de Macau, 2019. Disponível em: <https://www.gov.mo>. Acesso em: 16 set. 2019.

_____. (c). **Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau**. Macau: Governo da Região Administrativa Especial de Macau, 2019. Disponível em: <https://www.ipim.gov.mo/pt-pt>. Acesso em: 16 set. 2019.

RETO, Luís Antero; MACHADO, Fernando Luís; ESPERANÇA, José Paulo. **Novo atlas da língua portuguesa**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2016. ISBN 978-972-27-2516-3.

TEIXEIRA, Vítor Gomes. Missions from the Philippines to Portuguese Territories in Southeast Asia During the 16th and 17th Centuries. **Revista da Cultura**, Macau: IACM, International Edition, No. 7, 2005.

_____. Fr. Paulo da Trindade, OFM. Cronista Macaense. **Revista da Cultura**, Macau, IACM, International Edition, No.28, 2010.

_____. O Património Industrial de Macau (Até 1999). Estudo das Fábricas de Panchões. **Revista de Cultura**, Macau, IACM, International Edition, No. 50 (Heritage edition), 2015.